



Análise

09/10/2010 - A questão separatista entre Geórgia, Ossétia do Sul e Abkhásiap.01

Os acontecimentos na quarta-feira, dia 11 de Agosto, em que a Rússia desloca mísseis para o território da Abkhásia provocou a volta das tensões na região. Tal questão remete à guerra fria, uma vez que é possível identificar uma busca por influência tanto por parte dos Estados Unidos quanto da Rússia na região do conflito.

09/10/2010 - O poder do discurso na deflagração do genocídio: o caso de Ruandap.05

Ponto máximo de um sentimento de repulsa quase generalizado, o genocídio em Ruanda é um exemplo dramático e claro do poder assumido pelo discurso no processo de alienação dos hutus contra minorias tutsis. As diferenças construídas pelos belgas antes do período da independência do país foi ponto de apoio dos radicais do governo ruandês no estabelecimento de suas políticas que estimularam os assassinatos em massa.

09/10/2010 - O Conselho de Segurança da ONU adia o encerramento das atividades realizadas pela Missão de Paz instalada no Nepalp.09

No dia 15 de setembro de 2010 o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) votou positivamente para o encerramento das atividades da Missão das Nações Unidas no Nepal (UNMIN) a ser realizado em janeiro do próximo ano, 2011. No entanto ainda há muito que se fazer para que o processo de estabelecimento de paz que foi objetivado inicialmente seja atingido.

A questão separatista entre Geórgia, Ossétia do Sul e Abkhásia

Análise
Ásia
Segurança
Guilherme Antunes de Castro
9 de Outubro de 2010

Os acontecimentos na quarta-feira, dia 11 de Agosto, em que a Rússia desloca mísseis para o território da Abkhásia provocou a volta das tensões na região. Tal questão remete à guerra fria, uma vez que é possível identificar uma busca por influência tanto por parte dos Estados Unidos quanto da Rússia na região do conflito.

Os acontecimentos no Cáucaso tem permitido que a questão separatista ganhe um certo destaque em âmbito internacional. Guardadas as generalizações, o separatismo possui como intuito a criação de novos Estados, soberanos e independentes os quais não possuem quaisquer ligações com pessoas ou partidos de diferentes etnias.

No entanto, o caso da Ossétia do Sul vai muito além de tal descrição, ou seja, os Ossétios possuem uma língua totalmente diferente da falada na Geórgia e culturalmente ambos os países são totalmente distintos. Neste estudo serão apresentados um breve contexto histórico, expondo os fatores que levaram ao conflito entre as duas nações, o papel russo em tal cenário, e a questão da União Européia neste contexto.

Histórico da crise

Após a queda do regime czarista na Rússia, a Ossétia do Sul aliou-se ao partido bolchevique para lutar contra a Geórgia menchevique. Em 1921 o Exército Vermelho saiu vitorioso, o que fez com

que a Ossétia do Sul tornasse um oblast¹ autônomo na república soviética da Geórgia.

O fim da União Soviética ocasionou uma grande fragmentação em seu território, o que resultou em fronteiras muitas vezes não delimitadas de forma precisa. Dessa forma, a Geórgia anexou em seu território a Ossétia do Sul e a Abkhásia. No entanto, por serem de uma etnia totalmente diferente dos georgianos, ou seja, com uma cultura social diferente, língua e costumes totalmente distintos, em 1990, o Supremo Conselho da Ossétia do Sul entrou com um pedido de mudança para uma república estatal autônoma. Tal pedido foi negado e considerado ilegal pelo Supremo Conselho da Geórgia, o que acirrou ainda mais a tensão entre ambas as partes. No dia 9 de Abril de 1991, pouco após o fim da URSS, a Geórgia declarou independência e em 26 de maio desse mesmo ano Zviad Gamsakhurdia foi eleito o primeiro presidente do país. No entanto, no final de dezembro de 1991, e início de Janeiro de 1992, Gamsakhurdia foi deposto sob um sangrento golpe de Estado, instigado pela Guarda Nacional da Geórgia e uma organização paramilitar

¹ Subdivisão administrativa

chamada Mkhedrioni.

A guerra civil no país durou até 1995 quando Chevardnadze foi eleito presidente. Neste mesmo ano, Abkhásia e Ossétia do Sul enfrentaram conflitos separatistas o que deu início à guerra que aconteceria em 2008. Apoiados pela Rússia, ambos os países tornaram-se independentes da Geórgia. Com isso muitas famílias geórgias que viviam nesses respectivos países foram alvo de limpezas étnicas, sendo assim obrigadas a deixar suas casas. Em 2003, com a chamada Revolução Rosa, houve uma série de reformulações implantadas, entre elas o reforço da milícia, a restauração econômica do país, e a restauração da integridade territorial nacional. Em 2004 com o intuito de restabelecer a autoridade Geórgia na região, deu-se início a uma grave crise na região sudoeste da república autônoma de Adjara. Após o sucesso em tal episódio, o então presidente Saakashvili intensificou seus esforços para conseguir retomar as influências sobre a Abkhásia e a Ossétia do Sul, o que daria mais tarde início ao conflito na região.

A guerra

Na noite de 7 para 8 de agosto de 2008 a Geórgia, objetivando um rápido fim para o conflito separatista na região, e também acelerar o processo de entrada na OTAN, iniciou um ataque maciço contra forças militares ossetas e forças de paz russas que estavam instauradas na região para manter a paz.

Na ofensiva georgiana sobre Tskhinvali, de acordo com a Comissão para a Imprensa e Informação sul-osseta, aproximadamente 1492 mortes foram confirmadas, em sua maioria civis. Dentre a força de paz russa foram 64 mortos, e estima-se que mais de 35.000 pessoas foram retiradas de suas casas o que tornou a República Russa da Ossétia do Norte a maior receptora de refugiados da região. A Rússia enviou reforços para a região, e

cortou qualquer tipo de relação com a Geórgia. Em 22 de Agosto, após um acordo de cessar-fogo, os russos retiraram suas forças, deixando apenas alguns postos de observação. A retirada total do contingente russo deu-se em 8 de outubro do mesmo ano.

O papel da Rússia

Para que se entenda um pouco do papel russo em tal contexto, é preciso especificar sua alta influência durante o período soviético. A URSS era composta por 15 países e uma área de aproximadamente 22 milhões km². Com o objetivo de planificar e centralizar a economia foi criado um grupo chamado Gosplan (Comissão do Plano Geral do Estado). Após um rápido crescimento o grande império soviético começou a declinar com o início de movimentos separatistas nas repúblicas Bálticas (Lituânia, Estônia e Letônia). Em função do tamanho territorial da URSS, havia uma grande variedade étnica e cultural, o que facilitava a difusão de idéias separatistas.

Após a queda da União Soviética, a influência russa na região diminuiu significativamente, não apenas pela queda do grande império, mas também pelas mudanças ocorridas no sistema internacional na década de 1990 em diante. Após conseguir uma grande recuperação econômica a Rússia pretende aumentar novamente sua influência na região, e vê na questão separatista uma oportunidade para tal retomada. Com a possível separação da Ossétia do Sul surge uma nova área de influência russa no contexto internacional, e da mesma forma mostra a não concordância da influência norte americana na região. Vale destacar que a União Européia não se dispôs a entrar nos assuntos separatistas junto com a Rússia, e que os Estados Unidos sustentam uma ajuda para que a Geórgia se estabilize. Mesmo assim, Condoleezza Rice, secretária de Estado norte-americana

de 2005 a 2009, declarou que os Estados Unidos apoiavam a Geórgia totalmente, o que deixava clara a posição estadunidense no assunto.

A questão da OTAN e União Européia

Uma possível nova configuração da OTAN (Organização dos Países do Atlântico Norte) incluindo Geórgia e Ucrânia despertou a indignação do governo russo, por não concordar com a nova ampliação incluindo ambos os países. O então primeiro ministro Vladimir Putin demonstrou sua indignação ao condenar os EUA de redesenhar as fronteiras na região após o enfraquecimento russo com a queda na URSS, o que dificultaria o governo russo na retomada de sua influência na região.

Antes do conflito o governo russo via a União Européia como uma extensão da influência norte-americana no continente europeu. Após um encontro entre o primeiro-ministro francês François Fillon, que ocupava o cargo rotativo da presidência da UE, e o primeiro-ministro Vladimir Putin, foi acordada a retirada das tropas russas da região da Geórgia.

Tal acordo se vinculava à preocupação do governo russo de um possível isolamento, uma vez que sua relação com os EUA estava abalada e também havia certo distanciamento por parte da União Européia em relação à Rússia.

Considerações Finais

No conflito em questão é possível perceber resquícios da antiga luta por influências protagonizada tanto pelos EUA quanto pela Rússia no período Guerra Fria. Da mesma forma nota-se certa balança de poder competitiva², ou

² Para Morgenthau: “A aspiração por poder da parte de várias nações, cada uma tentando ou manter ou derrubar o *status quo*, leva necessariamente a uma configuração que é

seja, esta se dá quando duas nações, no caso EUA e Rússia, tentam controlar politicamente uma terceira região ou nação. Durante a era soviética a Rússia possuía um significativo controle da eurásia. A influência russa na região foi significativamente afetada com a queda da URSS.

Na quarta-feira, dia 11 de Agosto de 2010, a força aérea russa anunciou o posicionamento de mísseis terra-ar no território da Abkházia, o que voltou a acirrar as relações entre Rússia e Geórgia. Depois da ação russa, o governo geórgio entendeu como uma provocação perigosa não só para a região do Mar Negro, mas também para toda Europa e da mesma forma pediu para que a comunidade internacional tomasse providência em relação à ocupação Russa na região.

Dois anos depois do conflito a situação na região ainda não é das melhores. As pessoas afetadas pelo conflito sofrem não só economicamente como socialmente. Muitas famílias envolvidas no conflito ainda não podem ultrapassar as fronteiras, aqueles que possuem familiares enterrados não podem visitá-los. A respeito da situação econômica, as pessoas não possuem total liberdade para visitar seus campos sem se preocupar com sua segurança.

Apesar das dificuldades encontradas por pessoas da região em função do conflito, as organizações internacionais têm deixado a região por não considerarem a situação atual emergencial. Por outro lado as últimas ações do governo Russo pode acirrar novamente as tensões na região, pois a questão separatista ainda está em aberto.

Referências

Sites:

BBC Brasil

chamada de balança de poder e a políticas voltadas para preservá-las”.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/08/100811_russia_abecasia_cq.shtml

veja bien

<http://vejabien.wordpress.com/2008/08/14/russia-x-georgia-e-o-separatismo-europeu-ossetia/>

Le Monde Diplomatique Brasil

<http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=2591&tipo=acervo>

Dw World

<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,3557884,00.html>

Palavras Chave: Conflito separatista na Ossétia do Sul, Guerra no Cáucaso

O poder do discurso na deflagração do genocídio: o caso de Ruanda

Análise
África Subsaariana
Segurança
Marina Scotelaro de Castro
9 de Outubro de 2010

Ponto máximo de um sentimento de repulsa quase generalizado, o genocídio em Ruanda é um exemplo dramático e claro do poder assumido pelo discurso no processo de alienação dos hutus contra minorias tutsis. As diferenças construídas pelos belgas antes do período da independência do país foi ponto de apoio dos radicais do governo ruandês no estabelecimento de suas políticas que estimularam os assassinatos em massa.

Ocorrido em 1994, o massacre de um grupo étnico minoritário da população ruandesa pelos seus próprios nacionais pertencentes ao clã opositor dominante ainda hoje gera repercussões internacionais de toda ordem. Resquícios do preconceito estabelecido, refugiados para países fronteiriços, organização interna desestruturada, todos estes pontos podem ser encontrados na região da África que abriga sob os auspícios de um território nacional – Ruanda – duas etnias rivais: tutsis e hutus.

Entretanto, a categorização de tais etnias como rivais deve ser bem analisada na medida em que não necessariamente manifesta o que se configurava historicamente. A percepção construída pelo discurso foi fundamental para que as relações entre esses grupos se configurassem de tal forma que eclodiram no advento do genocídio.

Sendo assim, ainda que outros fatores sejam necessários para se construir uma análise ampla do genocídio, neste artigo, com o caso de Ruanda, o foco será voltado para os impactos da linguagem do grupo dominante na deflagração da matança em larga escala contra uma minoria perseguida.

Cenário do genocídio: Ruanda

A região onde se localiza o conflito é chamada de região dos Grandes Lagos, onde se insere Ruanda¹. Colonizada pelos belgas, inicialmente era composta por uma população de twa², e recebeu o impacto de migrações não muito bem definidas de agrupamentos tutsis e hutus que conviviam juntos, contudo, diferenciados por atividades de pecuária e agricultura, respectivamente.

Culturalmente, estes grupos detinham a mesma língua e os mesmos costumes; contudo, a influência externa foi determinante para a transformação social do país na medida em que a definição de fronteiras e o estabelecido da burocracia colonial deram margem a uma luta por poder sobrepujante e discriminatório.

A divisão social imposta pelos colonizadores deu ampla margem para polarização ideológica baseada em falas características físicas entre os grupos.

¹ A região é composta também pelos seguintes Estados: Burundi, Quênia, República Democrática do Congo, Tanzânia e Uganda.

² Após os processos migratórios de outras comunidades étnicas, os twa passaram a constituir apenas 1% da população total.

Assim, tutsis reinaram no território até a época de sua independência, em 1960³.

Até então, Ruanda era cotada como a maior promessa de ascensão econômica da África, recebendo um enorme contingente de investimentos europeus. Dado o início do conflito étnico, com as perseguições e as mortes em larga escala a comunidade internacional começou a cortar recursos oficiais destinados ao seu desenvolvimento.

O desencadeamento do conflito étnico: instrumentos-chave

Um conflito étnico emerge no momento em que duas ou mais etnias distintas estabelecem um conflito direto usando da justificativa de ameaça percebida para atacar indiscriminadamente o grupo acusado como fonte da ameaça. Quanto maior a coesão social de um grupo, mais fácil a percepção estereotipada daqueles que estão fora desse grupo. Desta forma, a delimitação do outro e da futura ameaça se torna clara na medida em que se delineiam com clareza quais são os membros de um determinado grupo social⁴.

A lógica do genocídio mostra que todo o processo ideológico de coesão social que girou em torno da sociedade hutu sobre a suposta inferioridade tutsi foi complexa e meticulosamente organizada por um plano estruturado do governo de Ruanda. A maneira como o discurso sobre o outro foi construído, os métodos de disseminação desses discursos, a prática e o suporte dado à manutenção dos princípios de extermínio foram todos sendo edificados sobre o imaginário

³ Além de se ocuparem de uma atividade mais rentável (a pecuária), os tutsis possuem traços mais “sutis” e assim foram considerados como raça superior entre as existentes por seus colonizadores.

⁴ A idéia é de conseguir identificar dentro de uma sociedade quem são aqueles que não fazem parte da sua comunidade e, assim definido, já se conhece quem poderá ser seu futuro inimigo.

daqueles que outrora haviam sofrido de alguma maneira nas mãos dos que hoje são seus inimigos existenciais⁵.

Os meios de comunicação como rádio e televisão (os mais importantes no caso ruandês, em especial aqueles sob controle governamental) foram os principais veículos de disseminação das práticas genocidas, visto que ao decorrer dos anos, aumentaram seu alcance nacional. Como grande maioria da população era hutu, que viveram momentos de opressão por seu atual inimigo (tutsis, minoritários em termos quantitativos), inculcar a lógica do extermínio tornou-se fácil na medida em que as informações eram manipuladas e acessíveis a quase toda a população.

Os intelectuais ruandeses tiveram papel pontual nesse processo, como também artistas ou outros atores capazes de trabalhar com termos linguísticos que, combinados, construíam a “diabolização” do outro. A Igreja também teve papel importante na disseminação de tais discursos: de forma passiva, não ia contra o discurso racista quando, por vezes, auxiliava na legitimação das ações do Estado.

Aliado a isso, o empenho na distribuição de armamentos que materializava a possibilidade de se chegar ao ápice da manifestação do ódio foi fundamental para consecução dos assassinatos. A conjugação de itens materiais com o suporte ideológico legitimado como uma luta nacional foi o que levou a cabo o conflito étnico que assolou o território ruandês desde a sua independência, inicialmente de forma esparsa ao longo de quatro décadas para eclodir em sua forma mais intensa no genocídio de 1994.

Análise do recurso da linguagem na construção do genocídio ruandês

A construção da linguagem capaz de gerar

⁵ Referência à época do governo tutsi até a declaração de independência ruandesa em 1962, por grupos radicais hutus.

um sentimento de repulsa sobre o outro, forte a ponto de levar ao desejo e a necessidade de extermínio, passa por um processo de “coisificação” do outro. Retirar a vida de um indivíduo na medida em que este é um ser igual pode não ser contraproducente na medida em que o próprio assassino pode sentir culpado por agir de tal maneira; por isso a necessidade de transformar seu inimigo (os tutsis em relação aos hutus) em algo inferior à condição de ser humano.

Quando o discurso consegue ser alienante (consegue desprender o indivíduo da realidade social de igualdade com seu semelhante), é possível mecanizar o ato de exterminar o outro já que o inimigo passa a ser considerado como um objeto, algo inferior. Quando tratados assim, seres humanos – submetidos a um processo de desumanização –, facilmente se tornam objetos elimináveis, e é neste momento que a lógica se concretiza: a partir do momento que o outro não é visto mais como indivíduo, pode ser facilmente inferiorizado e exterminado.

O discurso proferido pelos hutus edificado sobre de uma rivalidade histórica teve bases concretas de exploração para se auto-justificar, e isso revelou ser útil na medida em que novos adeptos encaravam a vingança como meio de servir à nação (como democracia da maioria) pelo sofrimento passado.

Mitificando o outro, de etnia diferente, com traços diferentes, “historicamente superior”, e agregando tais características em um discurso político inflamando de etnocentrismo revanchista, a população que vivenciou os períodos de dominação tutsi conseguiu absorver a idéia de que seu vizinho tutsi próximo era seu inimigo vital, viabilizando assim a alienação do comportamento voltado para a execução do genocídio.

Os reais executores, a população hutu, foram induzidos por grupos dominantes, que, no caso de Ruanda, assumiram o poder estatal. O Estado ruandês serviu de

aparato administrativo legítimo para disseminação do ódio coletivo que girava em torno da condenação ao extermínio tutsis, sendo crucial também na repressão dos grupos rebeldes ou dos chamados “traidores”⁶.

Considerações finais

A presente análise demonstra a centralidade do papel da linguagem para mobilização de massas, independente do propósito. Se à parte da sociedade composta por hutus foi passado o discurso discriminatório e violento, ela, enquanto agente, tem culpa direta pelos assassinatos; contudo, a indução ao ato foi para além da sua capacidade de construção de uma nova realidade social que se concentrou na mão dos grupos dominantes que se apropriaram do Estado após a independência de Ruanda.

Ou seja, o discurso dominante passado pelos hutus para sua própria população foi absorvido em sua essência, sem contestação suficiente para ser interrompido. A massa hutu não conseguiu ser crítica a ponto de superar os impactos históricos causados pelo domínio tutsi anterior à independência ruandesa.

A consciência crítica de igualdade humana, que faltou àqueles radicais hutus e à massa hutu frente à população tutsi, parece ter sido minada pelos impactos ideológicos e institucionais da colonização belga em Ruanda: ainda que não se deva deixar de culpar aqueles que executaram o genocídio, as causas do processo têm suas bases na diferenciação formal estabelecida entre tutsis e hutus no governo do país.

O poder no qual o discurso foi sendo apropriado, reinventado e disseminado ao longo dos anos dentro de uma égide de preconceitos infundados e destrutivos,

⁶ Aqueles hutus que não concordaram com a chacina e se negaram a executar os assassinatos ou se inseriram em grupos de defesa tutsi.

levou ao desencadeamento do assassinato de 800 mil tutsis em Ruanda. Ainda que a linguagem não seja o fator pelo qual se estabelecem os conflitos, pode-se dizer com alguma propriedade que é ela o principal meio (como discursos, imagens, dentre outras variações) em que se concretizam práticas negativas e sem proporções dentro das relações humanas.

Referências

Livros:

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: Histórias de Ruanda**. Edição de bolso. Companhia das Letras. 2006

HATZFELD, Jean. **Uma Temporada de Falcões: Relatos do Genocídio em Ruanda**. Companhia das Letras. 2005

Palavras-chave: Tutsis, hutus, Ruanda, genocídio, discurso.

O Conselho de Segurança da ONU adia o encerramento das atividades realizadas pela Missão de Paz instalada no Nepal

Análise
Ásia
Desenvolvimento
Patrícia Eler Seide
9 de Outubro de 2010

No dia 15 de setembro de 2010 o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) votou positivamente para o encerramento das atividades da Missão das Nações Unidas no Nepal (UNMIN) a ser realizado em janeiro do próximo ano, 2011. No entanto ainda há muito que se fazer para que o processo de estabelecimento de paz que foi objetivado inicialmente seja atingido.

Após a votação da questão de adiamento ou não do encerramento das atividades da missão de paz alocada no Nepal, foi consenso entre os países integrantes do Conselho Geral da ONU¹ que a mesma fosse postergada até o dia 15 de janeiro de 2011.

Tal decisão foi tomada mesmo a contragosto do atual Secretário Geral da Onu, Ban Ki-moon que em seu último relatório sobre a missão afirmou não ser favorável à prorrogação do mandato da UNMIN já que no país em que está alocada se instalou uma atmosfera de crítica persistente e por muitas vezes infundada. Considerando a dificuldade em desenvolver as atividades propostas inicialmente pela missão de paz o secretário afirmou que: “Como já afirmei antes, o interesse das Nações Unidas é ver UNMIN completar as tarefas obrigatórias e encerrar o seu trabalho no Nepal” (Disponível em: www.unmin.org.np).

¹ Os países que atualmente fazem parte do Conselho Geral da ONU são: Estados Unidos, França, Rússia, China, Áustria, Japão, México, Turquia e Uganda. (Disponível em: www.un.org).

Um breve histórico sobre a situação do Nepal

No ano de 2006 o governo do Nepal e os maoístas² assinaram um Acordo de Paz para dar fim à guerra civil instaurada no país desde o ano de 1996. A guerra advinha da aspiração dos maoístas por instaurarem um governo comunista e foi responsável por retirar cerca de 13.000 vidas (Disponível em: www.un.org).

Houve uma aliança entre o partido do governo e o partido comunista (maoísta), que deu origem ao Partido da Aliança do Governo e do Partido Comunista do Nepal, e este destinou uma carta ao então secretário geral das Nações Unidas solicitando assistência para a criação de uma atmosfera livre e justa a fim de que fosse feita uma eleição para formação da

² O Maoísmo é uma corrente do comunismo baseada nos pensamentos de Mao Tsé Tung, ex-governante na China. Principalmente defendem a insurreição armada como forma de as sociedades tomarem o poder; logo, embasa muitos Partidos Comunistas instalados em diversos países do globo.

Assembléia Constituinte que então daria prosseguimento ao processo de paz.

Foi então que em 23 de janeiro do ano de 2007, por meio da resolução 1740, a UNMIN foi estabelecida pelo Conselho de Segurança da ONU, tendo seu mandato renovado a cada seis meses; sempre a pedido do governo do Nepal (Disponível em: www.unmin.org.np).

Sobre a UNMIN (Missão de Paz das Nações Unidas para o Nepal)

A UNMIN está localizada no Centro Internacional de Convenções em Katmandu, na capital do Nepal. No entanto também mantém presença constante nas áreas de armazenagem de armas de sete principais locais de acantonamento dos exércitos, tanto o maoísta como o do governo nepalês.

A resolução 1740 estabeleceu a UNMIN com o mandato para acompanhar a gestão de armas e de pessoal armado do Exército do Nepal e do Exército Maoísta; para ser responsável por monitorar os acordos de cessar fogo; para prestar assistência técnica à Comissão Eleitoral para o planejamento, para a preparação e para a condução das eleições para a Assembléia Constituinte; e por fim para prestar atenção especial às necessidades das mulheres, crianças e grupos originalmente marginalizados no processo de paz. Ressaltando que todos estes pontos estavam expostos no Acordo de Paz Global ratificado pelas partes em 2006.

Os mandatos da missão de paz foram sendo prorrogados por meio de outras resoluções do Conselho de Segurança³ sob a justificativa de que os objetivos fixados primeiramente ainda não tinham sido atingidos.

Balanco dos objetivos e perspectivas após

³ A saber, resoluções 1824, 1825, 1864 e 1869.

a retirada da UNMIN

No que diz respeito aos objetivos que foram motivadores para o estabelecimento da missão de paz importa ressaltar que atualmente é efetivo o monitoramento do cessar fogo e a assistência com vistas à eleição da Assembléia Constituinte já ocorreu no mês de maio de 2008. No entanto ainda se encontra em processo de organização as questões relacionadas ao acompanhamento das armas, a ação contra minas terrestres, o estabelecimento da garantia de cumprimento dos Direitos Humanos e por fim, a completa retirada das demais agências⁴ das Nações Unidas daquele território. Tais aspectos ainda estão nesta situação, segundo o atual secretário geral da ONU devido ao clima de desconfiança e de instabilidade que se instaurou no país. Por este clima se sinalizam as incertezas advindas da manutenção ou não da ordem e até mesmo da Constituição no momento em que a Missão de Paz e posteriormente as demais agências da ONU, deixarem o país.

No contrassenso notado entre a opinião do atual secretário geral da ONU e o Conselho de Segurança prevaleceu a diretiva do Conselho de Segurança já que este conselho é o único comitê das Nações Unidas cujas resoluções podem ter o caráter obrigatório. Isto foi acordado pelos países signatários da Carta das Nações Unidas⁵ em que os mesmos determinaram que a este conselho cabia a

⁴ Existe em território nepalês o UNCT (United Nations Country Team), que é uma organização composta por todas as agências da ONU que agem no território do Nepal. Dentre estas se encontra o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, criado em 2005 com objetivo de garantir o cumprimento dos Direitos Humanos mesmo em meio aos conflitos e à ameaça contra a tentativa de se implementar a representatividade da população, por meio das eleições da Assembléia Constituinte, naquele país.

⁵ Para mais informações sobre a Carta das Nações Unidas: www.un.org.

responsabilidade pela manutenção da ordem e da segurança internacional; para tanto, atribuíram o poder de sanção e de impor resolução ao órgão.

Em janeiro do próximo ano quando está previsto para que a Missão de Paz encerre a sua atuação no país da Ásia central permanecerão, no entanto as demais agências da ONU que se devem retirar progressivamente. Tais agências são coordenadas pelo UNCT (United Nations Country Team)⁶ na pessoa de um representante do secretário geral das Nações Unidas que é residente no Nepal e responsável por coordenar os esforços com intuito de maximizar a atuação da ONU no país.

O UNCT coordenadamente com a UNMIN desenvolveu uma estratégia conjunta de apoio ao processo de estabelecimento da paz baseado em três áreas, a saber: a de transformação do Estado que inclui o desenvolvimento de um referendo de consulta pública ao que diz respeito ao processo de elaboração da Constituição e ainda o aconselhamento da população acerca das opções de políticas para a reestruturação do Estado; a da recuperação do bem-estar da população por meio do provimento dos serviços básicos de saneamento e ainda de bens materiais como alimentos e insumos agrícolas para restabelecimento deste setor econômico. A última área abordada pelo UNCT é a de prevenção de conflitos com vistas à reconciliação e a reintegração da população largamente afetada pelos conflitos.

As atribuições da UNMIN, como missão de paz que é, já foram cumpridas, o que justifica a saída do país. O que ainda pode ser feito estará sob responsabilidade do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, coordenado pelo UNCT com vistas às garantias dos Direitos Humanos. Ressaltando-se, no entanto que o

estabelecimento e o cumprimento dos Direitos Humanos nos Estados não é um problema endêmico do Nepal, e que portanto pode haver uma postergação da resolução de tal ponto que inspira ações coordenadas dos mais diversos setores da sociedade e principalmente dos governantes.

Referências

Sites:

Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

<http://www.un.org/Docs/sc/scrules.htm>

Organização das Nações Unidas

<http://www.un.org/>

Missão das Nações Unidas no Nepal

<http://www.unmin.org.np>

Palavras Chave: Ásia, Nepal, UNMIN, UNCT, resolução do Conselho de Segurança, Conselho de Segurança.

⁶ Para mais informações acessar: www.unmin.org.np ou ainda conferir nota de rodapé número 4.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tórres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira
Prof^a. Liana Araújo Lopes

Membros: Carlos Roberto de Souza Junior; Daniel Monteiro Ramalho Poltronieri Martins; Guilherme Antunes de Castro; Marina Scotelaro de Castro; Patrícia Eler Seide; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Vinícius Tavares de Oliveira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

ci@pucminas.br website:

<http://www.pucminas.br/conjuntura>